



SULSOCIAL

RELATÓRIO E CONTAS
2024

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Handwritten signatures in red and blue ink, including a large signature in red and a smaller one in blue.

SULSOCIAL - ASSOCIAÇÃO

Relatório de gestão

Período findo em 31 de dezembro de 2024

Índice

1	INTRODUÇÃO	3
2	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO INTERNO, EXTERNO E DO SETOR DA	4
2.1	A NÍVEL NACIONAL	4
2.2	A Nível do Setor	5
3	ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS	6
3.1	ESTRUTURA DE RENDIMENTOS	6
3.2	Estrutura de Gastos	6
3.3	PESSOAL	6
3.4	EBITDA e Resultado líquido do período	7
3.5	AUTONOMIA FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO	7
4	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	8
4.1	Posição financeira	8
4.2	Indicadores de Gestão	9
4.3	Rácios financeiros mais relevantes	9
4.4	Análise Económica	10
5	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	10
6	EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA	10
7	COMPROMISSOS FINANCEIROS	12
7.1	Acontecimentos após a data do balanço que não deram origem a ajustamentos	12
8	OUTRAS INFORMAÇÕES / cumprimento de obrigações legais e regulamentares	
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	12

1

INTRODUÇÃO

A SULSOCIAL, iniciou a sua atividade operacional em Julho de 2015, com um acordo de cooperação com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, para 8 utentes no serviço de apoio domiciliário e capacidade de resposta licenciada para 45 e acordo para centro de dia e licenciamento para 50 utentes

O investimento proposto para as obras, equipamentos e veículos de transportes de idosos foi de 235.604,76€, tendo sido apenas considerado elegível em sede de gestão do PRODER – 80.532,17€, participando a 75% o que equivale ao montante de 60.391,62€, ficando a entidade responsável pelos restantes 25% mais o IVA.

Como houve uma redução significativa do investimento proposto e houve investimentos que não foram elegíveis, reformulou-se o projeto de forma a ser exequível de acordo com o despacho da ADRIMAG.

A Instituição recorreu ao Fundo de Socorro Social na tipologia de Equilíbrio Financeiro para fazer face a dívidas a fornecedores.

O pedido foi aprovado em 14/11/2022, no valor de 14.971,37 euros o qual apenas teve provimento em 2023.

Atualmente a Associação está a prestar serviços de apoio domiciliário a cerca de 25 utentes, tendo o protocolo com a Segurança Social sido alargado para 15 utentes a partir de Setembro de 2022.

A instituição candidatou-se em Janeiro de 2021 ao programa PARES, para alargamento dos seus serviços, nomeadamente para o Centro de Dia. Esta candidatura foi indeferida por falta de provimento e inadequação das instalações.

Em 2022 foi atribuído um subsídio de 17.500,00 euros para a aquisição de uma viatura eléctrica, no âmbito do programa PRR. Contudo dada a indisponibilidade financeira da instituição, este investimento não se realizou, tendo sido devolvido o montante do subsídio em 2023.

O presente relatório de gestão expressa, de forma apropriada, a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2024.

É elaborado nos termos do sistema contabilístico para as entidades do setor não lucrativas (ESNL) e contém uma exposição fiel e clara da evolução da atividade, do desempenho e da posição financeira da Associação, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição

financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Associação se defronta.

2 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO INTERNO, EXTERNO.

2.1 A NÍVEL NACIONAL

De acordo com o último boletim económico do Banco de Portugal, publicado em dezembro de 2024, a economia portuguesa cresceu 1,7% em 2024. No entanto, o INE, na sua atualização de 30 de janeiro de 2025, indicou que o crescimento foi de 1,9%. O Banco de Portugal prevê que o crescimento aumente para 2,2% em 2025 e 2026, retornando a 1,7% em 2027, mantendo a convergência com a área do euro. Em 2024, o crescimento económico foi impulsionado principalmente pela procura interna, especialmente pelo consumo privado.

A recuperação do investimento e o crescimento esperados para 2025-26 refletem a melhoria das condições financeiras, o aumento da procura externa, a política orçamental expansionista e pró-cíclica, a melhoria das perspetivas globais e o estímulo dos fundos europeus. No entanto, é importante considerar que o ambiente externo enfrenta riscos significativos, tanto económicos quanto geopolíticos.

O fraco crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em 2024, de apenas 0,5%, deveu-se principalmente ao setor público, enquanto o investimento empresarial e das famílias em habitação foi prejudicado pelas condições financeiras restritivas e pela baixa confiança. Espera-se uma melhoria entre 2025 e 2027 devido à redução adicional das taxas de juro. O investimento público deverá aumentar em 2025-26 com uma maior execução dos fundos europeus, mas reduzirá em 2027 com o fim do PRR.

No mercado de trabalho, observamos aumentos no emprego e nos salários reais, com o desemprego permanecendo baixo. A política orçamental expansionista contribui para um maior dinamismo económico.

Em 2024, o rendimento disponível real teve um aumento historicamente elevado, resultando em uma aceleração do consumo privado e um aumento da poupança. O rendimento disponível real cresceu 7,1% em 2024 (comparado a 2,7% em 2023), enquanto o consumo privado aumentou 3% (comparado a 2% em 2023).

O aumento da poupança em 2024 deve-se às taxas de juro elevadas, à precaução dos consumidores ainda com baixa confiança e à reposição do valor real do património financeiro, além do efeito da composição do aumento do rendimento favorável à poupança. A taxa de poupança, que foi de 11,5% em 2024, deverá estabilizar ligeiramente acima de 11% até 2027.

A inflação deverá alcançar 2,6% em 2024, uma redução significativa em comparação com os 5,3% de 2023. Em 2025, a inflação deverá cair para 2,1% e estabilizar em 2% em 2026 e 2027. Segundo o Banco de Portugal, essa evolução reflete a moderação gradual dos custos salariais e a contenção das pressões inflacionistas externas.

A dívida pública, em percentagem do PIB, deverá seguir uma trajetória descendente, passando de 97,9% em 2023 para 95,3% em 2024, 86,5% em 2025, 83,5% em 2026 e 81,3% em 2027.

Apesar da trajetória descendente da dívida pública, o saldo orçamental em percentagem do PIB deverá retornar a uma situação deficitária após um excedente de 0,6% em 2024, com valores de -0,1% em 2025, -1,0% em 2026 e -0,9% em 2027. Esta situação resulta de medidas permanentes

que impactam tanto a despesa pública quanto a receita fiscal, dos empréstimos do PRR previstos para 2026 e, a partir de 2027, do aumento da despesa nacional necessária para assegurar a continuidade dos projetos financiados pelo PRR.

As exportações deverão crescer 3,9% em 2024 e, em média, 3,2% no período de 2025-27, num contexto de aceleração da procura externa, menor dinamismo do turismo e ganhos de quota progressivamente menores. O contributo das exportações de bens e serviços para o crescimento económico diminui em 2024 após os valores elevados de 2023, ainda influenciados pela retoma pós-pandemia dos serviços.

As importações continuarão a crescer no período de 2025-27 a um ritmo superior ao de 2023, devido ao aumento do conteúdo importado da procura global, associado ao maior dinamismo das exportações e da FBCF.

O saldo da balança corrente e de capital, em percentagem do PIB, aumentará de 1,9% em 2023 para uma média de 3,8% no período de 2024-26, reduzindo-se para 3,3% em 2027, condicionado pelo perfil das transferências com a UE. As transferências líquidas da UE aumentaram para 1,7% do PIB em 2024 e deverão aumentar para 2,7% do PIB no período de 2025-26, diminuindo para 1,4% do PIB em 2027 com o fim do PRR.

O saldo da balança de bens e serviços, em percentagem do PIB, deverá situar-se em 2,4% em 2024 e em uma média de 2,2% no período de 2024-27, refletindo um défice de 9% nos bens e um excedente de 11,2% nos serviços. A elevada capacidade de financiamento da economia face ao exterior projetada para o período de 2024-27 reflete o saldo entre poupança e investimento do setor privado, especialmente das famílias, com o saldo das administrações públicas contribuindo, em média, ligeiramente de forma negativa.

O mercado de trabalho continua robusto, com aumentos no emprego e nos salários reais. O emprego, de acordo com o conceito de contas nacionais, deverá crescer 1,3% em 2024 e desacelerar progressivamente para 0,8% em 2025, 0,7% em 2026 e 0,4% em 2027. A taxa de desemprego, em percentagem da população ativa, deverá manter-se em um valor historicamente baixo de 6,4% até 2027.

Relativamente ao balanço de riscos, é importante destacar que, no que diz respeito aos riscos externos, as tensões geopolíticas permanecem um risco adverso significativo, especialmente se os conflitos em curso se intensificarem ou perturbarem os mercados globais de matérias-primas. Em termos de riscos internos, destacam-se as dificuldades na execução dos fundos europeus, que podem resultar em um menor dinamismo do investimento. Além disso, há um risco elevado associado a uma maior reação do consumo privado ao aumento do rendimento disponível.

2.2 A Nível do Setor

O setor não lucrativo está a atravessar um período crítico, dada a onda de desconfianças que se gerou nestes últimos anos, tendo um efeito negativo ao nível de financiamento destas instituições, nomeadamente com os donativos dos benfeitores.

Quarta
Costa
PA
2

3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

3.1 ESTRUTURA DE RENDIMENTOS

Composição dos rendimentos em 2024 e 2023, a sua variação absoluta e relativa (%):

Descrição	Em cêntimos de Euro			
	2024	2023	Variação	Variação (%)
Vendas e serviços prestados	62 305,61	61 765,24	540,37	0,9%
Subsídios à exploração	118 598,08	123 868,93	(5 270,85)	(4,3%)
Outros rendimentos	10 088,46	4 713,35	5 375,11	114,0%
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0,00	0,0%
Total da estrutura de rendimentos	190 992,15	190 347,52	644,63	0,3%

3.2 Estrutura de Gastos

Composição dos gastos em 2024 e 2023, a sua variação absoluta e relativa (%):

Descrição	Em cêntimos de Euro			
	2024	2023	Variação	Variação (%)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	31 788,12	32 850,43	(1 062,31)	(3,2%)
Fornecimentos e serviços externos	32 091,23	29 000,89	3 090,34	10,7%
Gastos com o pessoal	114 741,50	104 233,91	10 507,59	10,1%
Outros gastos	821,61	17 793,79	(16 972,18)	(95,4%)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 987,55	6 192,61	794,94	12,8%
Juros e gastos similares suportados	0,00	9,07	(9,07)	(100,0%)
Total da estrutura de gastos	186 430,01	190 080,70	(3 650,69)	(1,9%)

3.3 PESSOAL

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo número de efetivos e o gasto médio anual por colaborador:

Descrição	2024	2023	Δ Absoluta
Gastos com pessoal	114 741,50	104 233,91	10 507,59
N.º médio de colaboradores	7	7	0
Gasto médio por colaborador	16 391,64	14 890,56	1 501,08

3.4 EBITDA e Resultado líquido do período

Do ponto de vista económico, o “EBITDA” e o “Resultado Líquido da Empresa”, no período de 2024 e 2023, foi o seguinte:

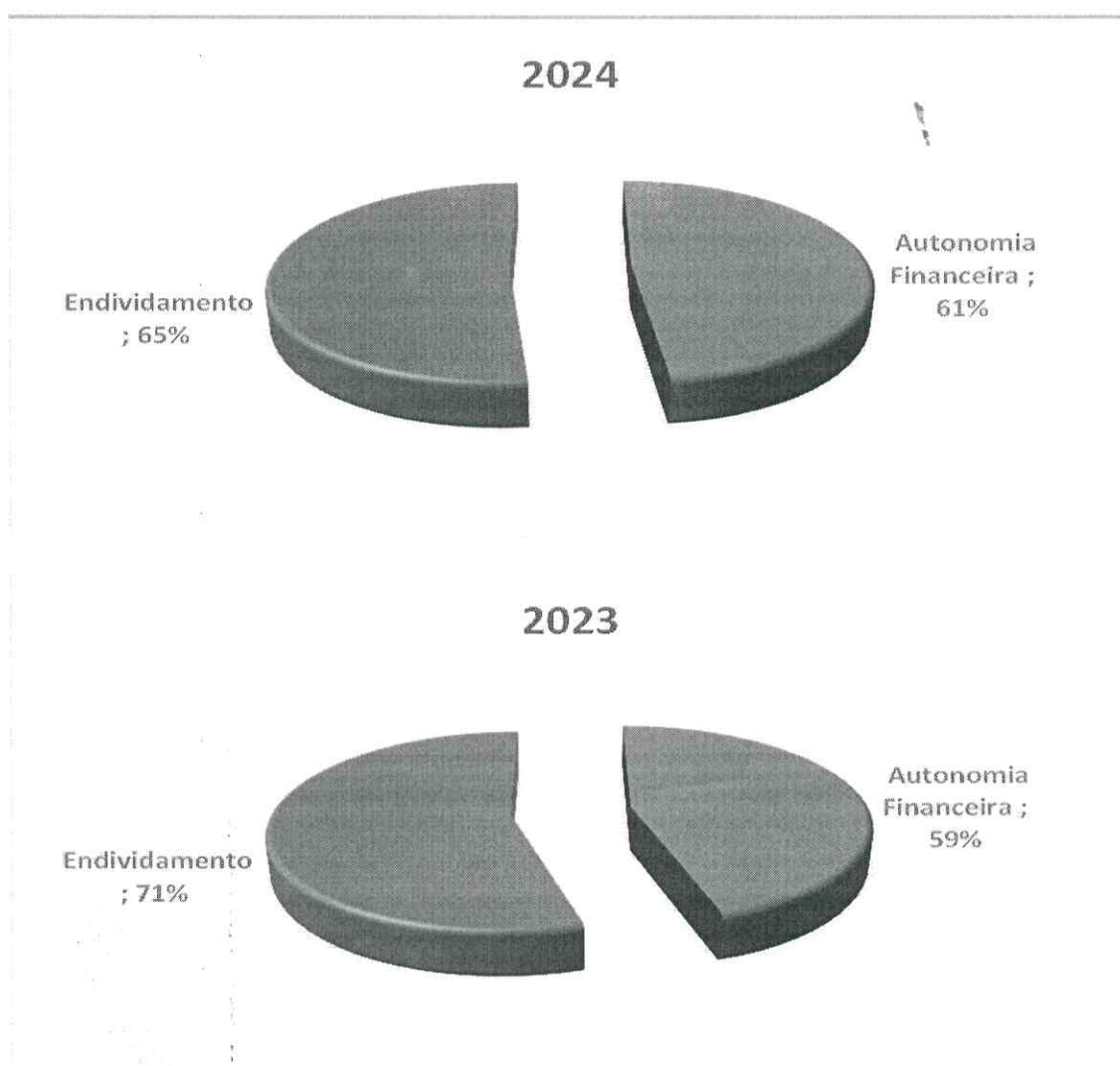
Descrição	2024	2023	Δ Absoluta	Δ relativa
EBITDA	11 549,69	6 468,50	5 081,19	78,6%
EBITDA/ Volume de negócios	18,5%	10,5%	8,1	77,0%
Resultado líquido do período	4 562,14	266,82	4 295,32	1609,8%
Resultado líquido do período / Volume de negócios	7,3%	0,4%	6,9	1595,0%

3.5 AUTONOMIA FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da Empresa apresenta, também comparativamente com o período anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:

Descrição	2024	2023	Δ Absoluta
Autonomia Financeira	61%	59%	2%
Endividamento	65%	71%	-6%

Handwritten signatures and initials in red and blue ink.



4 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1 Posição financeira

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da Empresa através da análise dos seguintes itens de balanço:

[Handwritten signatures and initials]

ATIVO	31-12-2024	Peso %	31-DEZ-2023	Peso %	Variação 2024-2023
Ativo não corrente	62 507,31	70,8%	57 344,86	67,8%	5 162,45
Ativo corrente	25 773,10	29,2%	27 243,37	32,2%	(1 470,27)
Total Ativo	88 280,41	100,0%	84 588,23	100,0%	3 692,18
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Capital Próprio	53 577,94	60,7%	49 530,95	58,6%	4 046,99
Passivo não corrente	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00
Passivo corrente	34 702,47	39,3%	35 057,28	41,4%	(354,81)
Total Capital Próprio e Passivo	88 280,41	100,0%	84 588,23	100,0%	3 692,18

4.2 Indicadores de Gestão

Seguem alguns indicadores de gestão para o período de 2024 e respetivos valores comparativos:

Indicadores de Gestão	2024	2023	Δ Absoluta	Δ em % face a 2023
Ativo Fixo Tangível (AFT)	60 757,71	55 595,26	5 162,45	9,3 %
Capital próprio	53 577,94	49 530,95	4 046,99	8,2 %
Capitais Permanentes	53 577,94	49 530,95	4 046,99	8,2 %
Equilíbrio dos capitais permanentes ((AFT+PI)/Cap.perm)	0,88	0,89	0,0	(1,0 %)
Margem de Lucro	49,0%	46,8%	2,2	4,6 %

Em análise ao quadro apresentado, este propicia os seguintes comentários:

- A variação ocorrida no “Capitais permanente” deve-se aos resultados positivos do exercício ;

4.3 Rácios financeiros mais relevantes

De seguida apresentam-se outros rácios financeiros relevantes referentes ao período de 2024 e 2023:

Outros rácios financeiros	2024	2023	Δ Absoluta	Δ em % face a 2023
Solvabilidade (CP/Passivo) em %	154,4 %	141,3 %	13,1	927,7 %
Liquidez corrente (Ativo corrente / Passivo corrente) em Euros	-8 929,37	-7 813,91	-1 115,46	14,3 %

Assente
Costa
R.
J.

4.4 Análise Económica

Vamos agora apresentar alguns indicadores, relativamente à análise económica no período findo em 2024, comparativamente com o período de 2023:

Análise Económica	Fórmula simplificada	2024	2023	Δ Absoluta	Δ em % face a 2023
Rendibilidade Líquida das Vendas (%)	RL / Volume de negócios	7,3 %	0,4 %	6,9	159 499,0 %
Rendibilidade do Ativo (ROA) (%)	EBITDA / Ativo	13,1 %	7,6 %	5,4	7 108,5 %
Rendibilidade do Capital Próprio (return on equity) (%)	RL / C. Próprio	8,5 %	0,5 %	8,0	148 066,9 %
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	Fornecedores / CMVMC * 365	97	120	-24	(19,6 %)

Os indicadores de gestão, financeiros e económicos apresentados, indiciam que, a Associação, apresenta uma melhoria substancial dos indicadores económico-financeiros.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Associação no período económico findo em 31 de dezembro de 2024, alcançou o resultado líquido positivo de 4.562,14 Euros. Propõe-se a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

Descrição	Euros
Resultados transitados	21 534,40
DLRR	
Reserva legal	
Total	21 534,40

5 EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ASSOCIAÇÃO

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que o futuro próximo a Associação tenha alguns problemas de financiamento das suas atividades, pelo que o apoio da Segurança Social é fundamental para o desenvolvimento da sua atividade.

5.1 RISCO DE CRÉDITO

5.1.1 CRÉDITOS SOBRE UTENTES

O risco de crédito, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Utentes, relacionados com a atividade operacional. O principal objetivo da gestão de risco de crédito, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Utentes em conformidade com as condições negociadas.

5.2 RISCOS DE MERCADO

5.2.1 RISCO DE TAXA DE JURO

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes *cash-flows* de pagamento de juros, a Empresa encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro. Como regra geral a Empresa não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro.

5.3 RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão de risco de liquidez, tem por objetivo garantir que a Empresa possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende as seguintes aspetos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash-flows* ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais;
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida; e,
- Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez.

6 COMPROMISSOS FINANCEIROS

A Associação não tem compromissos financeiros á data de 31/12/2024.

6.1 Acontecimentos após a data do balanço que não deram origem a ajustamentos

Após a data do balanço, não ocorreram acontecimentos que, tenham dado origem a ajustamentos.

Informar que foram eleitos no primeiro trimestre de 2024, os novos membros da Direção para o período 2024-2028.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Utentes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nossa atividade.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Associação

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024, que compreendem o Balanço Individual, a Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas e o Anexo Individual.

Sul , 14 de Abril de 2025

A Direcção

[Handwritten signatures and initials in black and blue ink]

SULSOCIAL

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2024

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	3
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	8
5	Custos de Financiamentos Obtidos.....	9
6	Inventários	9
7	Rédito	10
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	10
9	Benefícios dos empregados	10
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	11
11	Outras Informações.....	11
11.1	Créditos a receber.....	11
11.2	Outros ativos correntes.....	12
11.3	Diferimentos	12
11.4	Caixa e Depósitos Bancários.....	12
11.5	Fundos Patrimoniais.....	12
11.6	Fornecedores	13
11.7	Estado e Outros Entes Públicos.....	13
11.8	Outros passivos correntes.....	13
11.9	Subsídios, doações e legados à exploração.....	13
11.10	Fornecimentos e serviços externos.....	14
11.11	Outros rendimentos.....	14
11.12	Outros gastos	14
11.13	Resultados Financeiros.....	15
11.14	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	15
11.15	Investimentos Financeiros	15
11.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	15
11.17	Acontecimentos após data de Balanço.....	16

1 Identificação da Entidade

A SULSOCIAL é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” com estatutos publicados pela Direcção Geral da Segurança Social, averbamento nº 1, à inscrição nº 20/12, a fls. 166 verso do livro nº 13 das Associações de Solidariedade Social em 26/06/2017, com sede na Rua Principal nº 15 Sul – S. Pedro do Sul.

Tem os seguintes objetivos:

- Contribuir para a promoção social da freguesia de Sul, no concelho do S. Pedro do Sul, bem como em toda a medida do seu poder, para toda a população necessitada de qualquer outra freguesia da zona a que possa valer, nomeadamente, na valência de apoio domiciliário.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	7 anos
Equipamento administrativo	8 anos
Equipamento Informático	5 anos

3.2.2 Investimentos Financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as comparticipações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às comparticipações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.3 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Créditos a receber e outros ativos correntes

Os “Créditos a receber” e os “Outros ativos correntes” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6 Financiamentos Obtidos

Os "Financiamentos obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

3.2.7 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo como seguinte quadro:

[illegible]

5 Custos de Financiamentos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

	2024			2023		
Descrição	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Gastos financiamento	0	0,00	0	2,28	0,00	2,28
Total	0	0,00	0	2,28	0,00	2,28

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2024, os inventários.

0519-A	IVENTÁRIOS				N,S,M
05191-a	APURAMENTO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONS				
DESCRIÇÃO			Mercadorias	Materias primas, substancias de	Total
			(1)	(2)	(2)
1	Inventários iniciais	A5876	0,00	962,50	962,50
2	Compras	A5877	0,00	31 315,67	31 315,67
3	Raclassificcção e regularizacão de iv	A5878	0,00	0,00	0,00
4	Inventários finais	A5879	0,00	490,05	490,05
5	Custo das mercadorias vendidas e d	A5880	0,00	31 788,12	31 788,12
	(5=1+2+3-4)				

7 Rédito

Para os períodos de 2024 foi reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição			Actividades Económicas			
			Actividades CAE	Actividades C	Actividades C	Total
			88101	0	0	(4)
1	Vendas (1 = 1.1 + 1.2 + 1.3)	A6041	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1	Mercadorias	A6042	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2	Produtos acabados e intermédias, subprodutos, desperdícios, residuos e refugos	A6043	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3	Activos biológicos	A6044	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Prestações de serviços	A6045	62 305,61	0,00	0,00	62 305,61
3	Compras	A6046	31 315,67	0,00	0,00	31 315,67
4	Fornecimentos e serviços externos	A6047	32 091,23	0,00	0,00	32 091,23
5	Custo das mercadorias vendidadas e das matérias consumidas (5 = 5.1 + 5.2 + 5.3)	A6048	31 788,12	0,00	0,00	31 788,12

19 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2024				2023		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável			64.352,11			82.097,83
IEFP	Não Reembolsável			3.024,98			4.914,05
Outras entidades	Não Reembolsável			0			150,00
Doações e Heranças	Não Reembolsável			51.220,99			36.707,05
Total		0,00	0,00	118.598,08	0,00	0,00	123.868,93

20 Benefícios dos empregados

São 4 os elementos que compõem os órgãos sociais.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante os exercícios de 2024 foi de 7.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024	2023
Remunerações ao pessoal	92.641,04	82.679,82
Indemnizações	0	151,99
Encargos sobre as Remunerações	20.174,39	20.381,24
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	964,10	1.020,86
Outros Gastos com o Pessoal	961,97	
Total	114.741,50	104.233,91

21 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

22 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

11.1 Créditos a receber

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	5.383,16	4.009,99
Total	5.383,16	4.009,99

11.2 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2024 e 2023,

a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Fornecedores		
Adiantamentos a fornecedores		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros a receber		
Entidades do Sector Publico Administrativo		
IGFSS		
Outros devedores e credores		
Cartão Pingo Doce	2.058,84	1.374,63
Total	2.058,84	1.374,63

11.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Gastos a Reconhecer		
Seguros	2.119,36	993,54
Outros - Rendas		
Total	2.119,36	993,54
Rendimentos a Reconhecer		
Total	2.119,36	993,54

11.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	62,68	2.020,77
Depósitos à Ordem	15.659,01	17.881,94
Depósitos a Prazo		
Total	15.721,69	19.902,71

11.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Resultados Transitados	16.705,44	266,82		16.972,26
Total	16.705,44			16.972,26

11.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Fornecedores		
Fornecedores c/c	8.408,80	10.811,42
Total	8.408,80	10.811,42

11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Activo		
IVA - A Recuperar		
Total		
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	402,00	109,00
Segurança Social	3.264,57	2.987,77
FCT e FGCT	0	0
Total	3.666,57	3.096,77

11.8 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Pessoal	6.537,12	5.515,91
Outras operações - penhoras		
Outras contas a pagar	16.089,98	15.633,18
Remunerações a Liquidar	16.089,98	14.493,85
Outras despesas diferidas		1.098,00
Outros credores	0	41,33
Outros	0	41,33
Total	22.627,10	21.149,09

11.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2023, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2024	2023
Subsídios das entidades públicas	67.377,09	87.161,88
Doações e heranças	51.220,99	36.707,05
Total	118.598,08	123.868,93

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Subcontratos		
Serviços especializados	11.990,10	6.371,04
Materiais	667,59	1.411,91
Energia e fluídos	15.800,98	16.789,92
Deslocações, estadas e transportes		
Serviços diversos	3.632,56	4.428,02
Encargos com Utentes		
Total	32.091,23	29.000,89

11.11 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Rendimentos suplementares	4.540,39	2.357,36
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.032,46	264,00
Outros Rendimentos	1.403,77	2.091,99
Juros obtidos		
Total	10.088,46	4.713,35

11.12 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Dívidas incobráveis		
Outros	821,61	17.592,05
Apoios concedidos a associados e utentes		
Total	821,61	17.592,05

11.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024	2023
Juros e gastos similares suportados		
Juros Suportados	0	9,07
Total	0	9,07
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0	0
Total	0	0
Resultados Financeiros	0	-9,07

11.14 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2024 e 2023, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Activo		
Quotas	1.460,00	2.090,00
Total	1.460,00	2.090,00

11.15 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2024	2023
Outros investimentos Financeiros		
FCT	1.749,60	1.749,60
Total	1.749,60	1.749,60

11.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2024, foi o seguinte:

- Apoio Domiciliário : 25 utentes

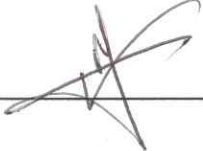
11.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Sul, 14 de Abril de 2025

O Contabilista Certificado


CC 1433

A Direção

